

**SECRETARIA ESTADUAL DE CULTURA DO
ESTADO RIO GRANDE DO SUL**



**25 e 26 de janeiro de 2024
Teatro do Prédio 40 da PUCRS**

EIXO 1: INSTITUCIONALIZAÇÃO, MARCOS LEGAIS E SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

► APRESENTAÇÃO DAS 10 PROPOSTAS FEDERAIS

Eixo 1 – Proposta 1

Valorizar as obras culturais públicas por meio da educação nas escolas. Formar e qualificar, de forma continuada, agentes culturais capazes de auxiliar outros gestores na elaboração de projetos municipais. Implementar incentivos para a criação de espaços culturais por meio da ocupação de espaços educacionais e culturais já existentes e desativados.

Eixo 1 – Proposta 2

Criar a Previdência Social Cultural, possibilitando uma maior estabilidade aos trabalhadores da área cultural e reconhecendo as artes como bem essencial. Implementar a Seguridade Social para garantir a subsistência e o amparo aos trabalhadores das artes e da cultura.

Eixo 1 – Proposta 3

Fortalecer a Política Cultura Viva em todos os Estados e Municípios, seguindo os mesmos preceitos da Cultura Viva Nacional, instituída pela Lei n.º 13.018/2014, inclusive em relação aos Municípios com menos de 50.000 habitantes que possuam um único Ponto de Cultura. Além disso, é importante que a União descentralize ainda mais os recursos financeiros, destinando um percentual maior.

Eixo 1 – Proposta 4

Ampliar e diversificar as fontes de financiamento para a cultura, promovendo um diálogo próximo e permanente entre os entes federados e assegurando que todos os setores culturais se sintam valorizados. Garantir que os valores sejam distribuídos anualmente, automaticamente e de forma direta aos Estados e Municípios que têm sua organização político-administrativa estruturada. Assegurar a Lei Aldir Blanc como política cultural e não apenas por cinco anos. Criar mecanismos que determinem que parte dos impostos gerados no comércio e indústria seja repassada ao Município ao qual estão localizados, permitindo a manutenção do fundo de cultura local.

Eixo 1 – Proposta 5

Garantir que o Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC) - ferramenta de gestão trazida pelo Sistema Nacional de Cultura - seja implementado, sendo necessária a integração entre os entes da federação e a disponibilização de recursos compatíveis para a sua efetivação.

Elaborar uma plataforma específica de formação continuada para promover um processo positivo de execução a partir do entendimento e busca de soluções específicas para a sua região.

Eixo 1 – Proposta 6

Garantir a aprovação do Marco Regulatório do Sistema Nacional de Cultura e do Marco Regulatório do Fomento à Cultura. A institucionalização das políticas públicas de cultura é a garantia de ampliação e democratização, semelhante ao SUS, do município ao governo federal. Articular, com a garantia da vinculação orçamentária de no mínimo 2%, os repasses de fundo a fundo e investimentos dos fundos municipais.

Eixo 1 – Proposta 7

Apresentar Projeto de Emenda à Constituição (PEC) para garantir a vinculação de no mínimo 2% do orçamento, em todos os níveis da Federação, para a cultura, pois, assim como a saúde e a educação, a cultura é um direito social básico. Garantir a democratização do direito ao acesso aos bens e serviços culturais, com recursos garantidos na Constituição, é prioridade.

Eixo 1 – Proposta 8

Realizar concurso público para "técnicos em assuntos culturais" municipais, estaduais e federais.

Eixo 1 – Proposta 9

Fortalecer o Ministério da Cultura (Minc). Incentivar as regiões e municípios nas adesões ao Sistema Nacional de Cultura. Capacitar gestores e agentes culturais (sistema). Por meio dos Escritórios Regionais, realizar um mapeamento cultural – Sistema de Indicadores Culturais. Fortalecer as divulgações do Minc com informações acessíveis. Aprovar os Marcos Regulatórios por meio de Projetos de Leis. Distribuir material acessível às regiões. Democratizar e descentralizar as informações.

Eixo 1 – Proposta 10

Discutir junto ao Congresso Nacional e ao Executivo, de modo a fortalecer e garantir a continuidade de políticas públicas culturais específicas à Comunidade LGBTQIA+, por meio da propositura de Projetos de Lei que resultem em subsídio orçamentário, institucionalidade, perenidade e descentralização, com vistas a garantir que direitos de artistas e produtores culturais LGBTQIA+ estejam resguardados na Legislação Brasileira.

EIXO 2: DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

► APRESENTAÇÃO DAS 10 PROPOSTAS FEDERAIS

Eixo 2 – Proposta 1

Promover a educação para a cidadania, por meio da criação de uma rede ampla de informações sobre políticas públicas e estruturas governamentais para a cultura, de forma descentralizada e com linguagem acessível. Desenvolver e manter programas educacionais que promovam a participação ativa dos estudantes em atividades que proporcionem formação artística, criatividade e inclusão tecnológica, além de visitas a espaços e eventos culturais, cultivando o interesse e a consciência cultural, como o “Escola Aberta”, o “Mais Cultura nas Escolas” e outros. Criar cursos de formação e especialização para a futura regularização do trabalho cultural, os quais podem estar vinculados a instituições já consagradas. Para participar, o trabalhador do setor cultural deve estar previamente cadastrado em seu município, com a Carteira de "Artista Local".

Eixo 2 – Proposta 2

Instituir programa de incentivo à criação, à reforma e à manutenção de espaços, equipamentos e projetos culturais, garantindo que os pequenos municípios continuem a receber aporte de recursos da cultura. Ampliar, simplificar e desburocratizar os editais de fomento à cultura. Capacitar os agentes culturais para a participação, inclusive pela adoção de plataformas digitais, facilitando o acesso aos recursos públicos. Ampliar os editais de intercâmbio e circulação artística. Mapear e monitorar os beneficiados pelas políticas de fomento com vistas à correção de distorções e ampliação do alcance para aqueles não atingidos. Fomentar os fazedores de cultura, a integração e sinergia com outras políticas públicas. Incentivar, nos editais, projetos com maior legado, bem como produtores culturais iniciantes. Pontuar, de forma diferenciada, agentes que sejam participativos nos debates culturais envolvendo as políticas públicas para cultura. Garantir orçamento participativo nos recursos da cultura, com rubricas orçamentárias específicas para manifestações populares e tradicionais. Assegurar percentual do ECAD para o Fundo Nacional de Cultura (FNC).

Eixo 2 – Proposta 3

Criar projetos e espaços que proporcionem maior participação das comunidades, principalmente as periféricas, rurais e de baixa renda, em eventos culturais. Desenvolver iniciativas que incentivem a leitura e promovam oficinas de artesanato, música, teatro, dança, etc., além de exposições artísticas e culturais. Viabilizar, por meio de transporte gratuito, o acesso dessas pessoas aos locais onde ocorrem as atividades culturais. Promover a criação e manutenção de espaços públicos de cultura que ofereçam uma programação ampla e diversificada para o público, como cinemas, cineclubes, museus, teatros, circos, escolas, pontos de cultura, bibliotecas, salas

de leitura, acervos, etc. Museus, centros culturais e acervos devem ser portadores de referências à identidade, patrimônio e memória, permitindo a conexão com a própria história e herança cultural, devendo haver critérios que garantam a gratuidade de acesso a quem necessita.

Eixo 2 – Proposta 4

Transformar os Pontos de Cultura em centros culturais de referência para suas comunidades. Atualizar e fortalecer a política Cultura Viva, ampliando a sua abrangência, com maiores investimentos, garantindo a capacitação das entidades culturais de base comunitária, instituições ou coletivos culturais que desenvolvam ações e/ou façam a gestão de espaços e equipamentos culturais comunitários de forma permanente, inclusive para a busca da certificação e adesão à rede. Promover a circulação das manifestações culturais, a integração e o intercâmbio das linguagens e expressões culturais ligadas à Política Cultura Viva. Ampliar o acesso à cultura, reconhecendo nos territórios os potenciais equipamentos culturais das comunidades (espaços físicos) passíveis de uso cultural ou criando novos e fortalecer estes equipamentos com políticas públicas como isenção fiscal, convênios, prestação de serviços, oficinas socioeducativas, laboratórios de cultura por meio de iniciativas fomentadas com os grêmios estudantis do município, visando à emancipação humana e à regularização de documentação, garantindo políticas públicas que estruturem estes espaços e beneficiem a comunidade.

Eixo 2 – Proposta 5

Implementar práticas de busca ativa em todos os processos de fomento, para que este chegue aos trabalhadores da cultura de regiões descentralizadas e de grupos minoritários. Investir no mapeamento da cultura, incentivando o cadastramento de agentes culturais, a fim de criar uma plataforma de indicadores para garantir que as informações e os recursos cheguem às áreas mais desprotegidas. Incluir perguntas sobre os hábitos culturais da população nas pesquisas do IBGE. Aprimorar a comunicação com a comunidade e estabelecer protocolos de divulgação das ações e de escuta. Capacitar para o acesso ao fomento e promover suporte técnico a projetos culturais desenvolvidos pelas comunidades. Promover a identidade cultural local de forma articulada com a regional e a nacional. Valorizar os diversos fazeres, mapear e difundir os Projetos Culturais de cada comunidade.

Eixo 2 – Proposta 6

Garantir que as gestões estaduais e municipais promovam o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura. Com base no conceito de cidadania cultural, ampliar a representação social no debate, a elaboração e a implementação de políticas públicas para a cultura nos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional, reconhecendo e incluindo grupos socialmente excluídos desses espaços, garantindo representações de regiões e territórios - não

apenas das linguagens culturais. Assegurar e instrumentalizar a participação de grupos invisibilizados, facilitando o acesso (com transporte público gratuito, por exemplo) e a permanência nos espaços de discussão e implementação de políticas públicas da cultura. Democratizar a votação dos conselheiros para os Conselhos de Cultura através de urnas eletrônicas, urnas itinerantes e plataforma de votação online. Criar colegiados que envolvam diferentes segmentos para discussão das necessidades das práticas culturais e instrumentos de controle e participação popular direta nas políticas públicas, para além do Conselho de Políticas Culturais, a fim de dinamizar a participação social, como fóruns permanentes descentralizados com encontros nos bairros para levantamento e discussão de demandas e novas abordagens das políticas culturais. Desenvolver mecanismos digitais de participação e de comunicação em rede, valorização e capacitação dos profissionais da cultura para a sua participação social.

Eixo 2 – Proposta 7

Criar um sistema de Agentes Comunitários de Cultura (que poderiam ser bolsistas e estagiários interessados no tema) dentro de uma incubadora já existente, realizando uma busca ativa com a comunidade e agentes culturais, a fim de divulgar e repassar informações como, por exemplo, acesso e criação dos Pontos de Cultura, editais, Formalidade e Legalidade, incentivando, inclusive, a pluralidade cultural dos imigrantes no programa. Buscar a inclusão de agentes culturais em vulnerabilidade social, partindo da busca ativa dentro das comunidades identificadas como povos originários, moradores das periferias e zonas rurais, pessoas em situação de rua, pessoas negras e idosos.

Eixo 2 – Proposta 8

Realizar mostras culturais com ampla participação de segmentos da cultura, com exposições, apresentações, palestras, oficinas em espaços culturais, criados ou revitalizados. Promover oficinas itinerantes que abordem os movimentos culturais da realidade local. Envolver a comunidade nos eventos culturais, trazendo a história cultural das pessoas envolvidas no processo. Instituir espaços físicos que agreguem a execução de diferentes manifestações culturais. Propiciar, por meio de recursos e de apoio profissional, a criação de um espaço cultural modelo, observando aspectos de inclusão às pessoas com necessidades especiais (Casa da Cultura) devidamente estruturado para receber as mais diversas expressões artístico-culturais, para a conservação da memória e identidade material e imaterial em cada município. Descentralizar as ações de fruição culturais, levando as ações culturais e artísticas também às comunidades periféricas, rurais e de baixa renda. Viabilizar por meio de transporte gratuito (ônibus escolares, por exemplo), o acesso destas pessoas ao centro. Descentralizar a cultura, permitindo maior acesso da comunidade por meio de oficinas, apresentações artísticas e eventos culturais. Criar projetos e espaços que proporcionem uma maior participação da comunidade e sociedade,

como espaços e eventos culturais, projetos de incentivo à leitura, incentivo à criação de oficinas de artesanato, música, teatro, dança, exposições artísticas e culturais, para que dessa forma se crie acesso à participação de todos aos diferentes espaços culturais. Trazer novos meios para uma aproximação maior com a juventude, buscando um melhor entendimento do que eles esperam da Cultura.

Eixo 2 – Proposta 9

Garantir a aplicação de, no mínimo, 2% do orçamento da União para a cultura como forma de ampliação do acesso aos bens e produção cultural por meio da aprovação dos PLs de Marcos Regulatórios da Cultura no Brasil e no processo de regulamentação de oitivas e canais de participação e controle popular, desburocratizando os instrumentos de fomento e financiamento à cultura como forma de ampliação do acesso aos recursos públicos, respeitando-se as especificidades regionais.

Eixo 2 – Proposta 10

Ampliar e aperfeiçoar o vale-cultura, concedendo o benefício sem descontos para pessoas comprovadamente de baixa renda, inclusive como forma de fomentar e custear projetos que levem a cultura para o interior (cinemas, cineclubes, museus, teatros, circos, escolas, pontos de cultura, bibliotecas, sala de leitura, acervos, etc.).

EIXO 3: IDENTIDADE, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

► APRESENTAÇÃO DAS 10 PROPOSTAS FEDERAIS

Eixo 3 – Proposta 1

Incentivar Projetos de Resgate de Memória. Criar programas de financiamento para projetos que resgatem e preservem a memória de comunidades locais, dando destaque a narrativas históricas marginalizadas. Incentivar a criação, a ampliação e a manutenção de museus comunitários que representem a diversidade cultural e as múltiplas identidades presentes na sociedade brasileira.

Eixo 3 – Proposta 2

Criar um Programa Nacional de Educação Patrimonial, com o desenvolvimento de uma política de educação patrimonial descentralizada onde participam escolas, centros comunitários, quilombos, povos de matriz africana e povos originários, promovendo a diversidade cultural, o direito à memória e às múltiplas identidades, tendo os territórios como espaço educativo e de produção cultural, potencializando os espaços públicos e comunitários, valorizando os saberes locais e os territórios, constituídos como espaços econômicos, políticos, sociológicos, afetivos e mitológicos.

Eixo 3 – Proposta 3

Elaborar uma política pública para acervos culturais que privilegie o acesso, a formação e a preservação das coleções patrimoniais públicas e privadas de interesse público, em uma ação conjunta entre as três esferas do poder público e o setor privado, incluindo colecionadores, grupos sociais, associações, e outros que preservem bens culturais materiais e imateriais. Ampliar, qualificar e recuperar os equipamentos culturais nos municípios.

Eixo 3 – Proposta 4

Promover a atualização dos instrumentos de normatização da descrição arquivística, democratizando o acesso à informação a respeito dos grupos sociais minorizados, no sentido de valorizar as tradições de raízes africanas e indígenas, contribuindo com a luta contra a discriminação racial. Elaborar e adotar a política nacional de incentivo à inclusão de elementos de identificação de negros, indígenas, mulheres, pessoas LGBTQIA+ e outros grupos sociais na gestão de acervos dos arquivos públicos brasileiros, mantidos pelos diferentes entes da federação e pelos arquivos de instituições privadas. Tornar visível, nos instrumentos de busca dos acervos, a documentação que sirva como fonte da história e da memória das comunidades historicamente excluídas.

Eixo 3 – Proposta 5

Criar um mecanismo de preservação Histórica da Oralidade dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (POTMAS), com a criação de banco de pesquisa com gravações e produção de material de preservação histórica dos mais antigos. Incentivar os Estados a criar Projetos de Formação Itinerante em diversas áreas da Cultura (Dança, Música, Literatura, Teatro, Artes Visuais), com a finalidade de propiciar a formação e a geração de grupos e artistas, capacitando-os para o acesso a todos os mecanismos culturais (criação, produção e elaboração de projetos) visando à preservação histórica da cultura dos municípios.

Eixo 3 – Proposta 6

Implementar e estabelecer mecanismos e políticas públicas de proteção à paisagem cultural com parâmetros de análise em âmbito de Estado. Viabilizar editais para a modernização, manutenção e criação de equipamentos de memória e patrimônio.

Eixo 3 – Proposta 7

Enfatizar o trabalho de pesquisadores (história, memória, cultura e etnia), estimulando a identidade pela educação patrimonial e a publicação de obras e outros produtos culturais – pintura, teatro, música, artesanato – que divulguem o patrimônio local.

Eixo 3 – Proposta 8

"Eternizar" os mestres da cultura local por meio de documentários, livros, teatros e outras formas de cultura.

Eixo 3 – Proposta 9

Mobilizar e articular com a comunidade e setores da política pública (meio ambiente, educação, turismo, planejamento urbano, etc.) para a realização de projetos e oficinas de sensibilização, qualificação e capacitação de agentes públicos e da sociedade civil para a proteção e difusão do Patrimônio Cultural local/regional. Mapear e inventariar sítios históricos como pontos de referência, visando estimular e potencializar práticas e ações educativas para a conservação e preservação patrimonial.

Eixo 3 – Proposta 10

Reconhecer, promover e salvaguardar o patrimônio histórico, cultural e artístico, bem como executar projetos para a construção e a qualificação da rede de equipamentos culturais públicos. Estimular a formação e o desenvolvimento dos Pontos e Pontões de Cultura, promovendo o reconhecimento e o apoio a esses espaços culturais.

EIXO 4: DIVERSIDADE CULTURAL E TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO, RAÇA E ACESSIBILIDADE NA POLÍTICA CULTURAL

► APRESENTAÇÃO DAS 10 PROPOSTAS FEDERAIS

Eixo 4 – Proposta 1

Incentivar e ampliar os canais de participação popular nas políticas públicas para a cultura - incluindo os conselhos de políticas culturais -, assegurando o conhecimento das normas, leis e políticas desse setor nos âmbitos municipal, estadual e nacional. Realizar ações de implementação de transparência ativa e passiva no que se refere a informações de editais e documentos legislativos de cultura em nível de Estado - descentralizando para os Municípios -, bem como ampliar as informações sobre os cursos de produção cultural que ocorrem no Sistema Nacional de Cultura. Realizar seminários, fóruns e criar espaços (bimestrais) para a promoção da capacitação técnica e formação artístico-cultural, focando nos produtores culturais mais

vulneráveis e garantindo vagas para migrantes, população LGBTQIA+ e pessoas negras, fomentando a inclusão da interculturalidade de imigrantes. Incentivar a participação e a presença de comunidades em vulnerabilidade nas atividades culturais fomentadas pelo poder público, com descentralização, acessibilidade física, de comunicação e atitudinal para pessoas com deficiência.

Eixo 4 – Proposta 2

Criar políticas públicas de fomento, mapeamento e cadastro cultural, e um programa de apoio a um calendário de eventos anuais com foco específico em entidades culturais e fazedores de cultura de matriz africana, povos indígenas, povos nômades, PCDs, idosos, comunidade LGBTQIA+, culturas urbanas, culturas populares, comunidades ribeirinhas e quilombolas. Realizar uma busca ativa de agentes culturais que estão à margem, bem como espaços dedicados às culturas populares e tradicionais, às vezes esquecidos ou negligenciados, com fomento por meio de editais específicos. Realizar mapeamento dessas comunidades, divulgar e fomentar a diversidade cultural de cada região e adotar políticas permanentes para trabalhar as culturas dos povos originários, dos negros, dos LGBTQIA+, e garantir o acesso de PCDs aos editais, de forma física e intelectual, nos espaços culturais.

Eixo 4 – Proposta 3

Instituir em todos os entes da federação um programa transversal, unindo as áreas da cultura, educação, saúde e assistência social, para garantir a formação, a informação e o acesso às políticas públicas aos grupos de matriz africana, povos originários, povos nômades, PCDs, idosos, comunidade LGBTQIA+, culturas urbanas e populares, comunidades ribeirinhas e quilombolas, colocando também a transversalidade étnica, de gênero e a acessibilidade como diretrizes prioritárias para todas as políticas públicas culturais.

Eixo 4 – Proposta 4

Desenvolver programas de Educação e Conscientização afirmativos para a educação cultural inclusiva, que abordem temas de diversidade, identidade e acessibilidade, sensibilizando a comunidade em geral para as questões relacionadas à etnia, gênero e orientação sexual, acessibilidade de pessoas com deficiências visíveis e invisíveis, para uma necessária adequação de espaços, conduta e comunicação, diminuindo as diversas formas de preconceito. Criar uma disciplina de Diversidade Cultural no currículo da Educação Básica, com a formação de professores e a criação de uma legislação que garanta a inserção de ações para amplificar o debate sobre a diversidade cultural dentro das escolas, proporcionando às crianças um desenvolvimento pleno.

Eixo 4 – Proposta 5

Reforçar as Políticas Afirmativas Estruturantes: estabelecer programas de cotas e metas de representação, fomento e apoio financeiro, técnico e de acessibilidade para artistas e grupos culturais pertencentes a comunidades minorizadas, incluindo populações negras, indígenas, LGBTQIA+, imigrantes, pessoas com deficiências visíveis ou ocultas, entre outras. Valorizar produções culturais protagonizadas por mulheres. Contemplar as diferenças desses grupos nos editais e nas políticas de cultura. Criar mecanismos que garantam o reconhecimento da diversidade das expressões culturais e a valorização e promoção da identidade dos territórios culturais brasileiros, bem como programas de intercâmbios nacionais e internacionais para promover a diversidade cultural. Assegurar, por meio da institucionalização de políticas públicas de cultura, que as manifestações culturais regionais sejam garantidas e não recebam interferência do poder público no sentido de aniquilá-las ou deturpá-las.

Eixo 4 – Proposta 6

Institucionalizar e fomentar a diversidade no campo da gestão cultural (principalmente em nível municipal), por meio da realização de fóruns de discussões sobre diversidade cultural, transversalidade de gênero, de etnias e acessibilidade na política cultural. Desenvolver políticas públicas de educação cultural inclusiva, com abordagem de diversidade, identidade e acessibilidade, sensibilizando servidores, funcionários de equipamentos públicos e privados, bem como a comunidade em geral, visando à compreensão das necessidades específicas de grupos minoritários, e à adequação de espaços, conduta e comunicação e preparando-os para essa realidade, entendendo de que modo isso afeta o desenvolvimento humano, territorial e econômico. Promover essa capacitação principalmente para agentes culturais que atuam nas comunidades em vulnerabilidade, especialmente nas periferias e comunidades de povos originários, e incentivar o combate à discriminação étnica ou de gênero. Promover a identidade cultural regional por meio do resgate histórico de sujeitos invisibilizados.

Eixo 4 – Proposta 7

Criar eventos, espaços e materiais impressos e digitais para a promoção e a difusão de conteúdos sobre transversalidades de gênero, orientação sexual, de etnia, ampliando a visão e o debate dessas pautas. Prever ações afirmativas para erradicação de toda forma de preconceito, seja de etnia, religião, gênero e sexualidade, especialmente nas cidades com culturas majoritárias e em que haja outras em apagamento. Promover o pertencimento e a identidade cultural regional por meio do resgate histórico desses sujeitos invisibilizados. Criar órgãos específicos dentro das secretarias de cultura focados na diversidade e na acessibilidade, bem como conselhos consultivos específicos para trabalhar esses temas junto aos gestores.

Eixo 4 – Proposta 8

Assegurar, por meio da institucionalização de políticas públicas de cultura, que as manifestações culturais regionais sejam garantidas e não recebam interferência do poder público local no sentido de aniquilá-las ou deturpá-las. Desenvolver programas inclusivos que apoiem a diversidade das expressões culturais (étnicas, comunidades tradicionais, de gênero de classe, entre outras) e artísticas, seus eventos - com a divulgação de um calendário - e dotações orçamentárias específicas, prevendo a continuidade do programa em todos os níveis e esferas.

Eixo 4 – Proposta 9

Fomentar nos Estados e conseqüentemente nos Municípios, políticas que demonstrem essas novas perspectivas culturais, mobilizando essas identidades transversais oriundas das diversas formas de cultura, sem balizamento por ceticismo ou credo religioso. Construir coletivamente as ações e correções para essa política nacional, caso não seja compatível com as realidades locais. Garantir, assim, que a diversidade cultural é um direito adquirido e fundamental para a concretização das ações em nível municipal e estadual. Propor a criação da Coordenadoria de Atenção a Pessoas com Deficiência, contemplando concurso público para Tradutor e Intérprete de Libras, consultoria em audiodescrição e braile e tecnologias assistivas. Criar um departamento de engenharia para fiscalização, por parte do poder público, visando à incorporação às práticas diárias de formação e capacitação.

Eixo 4 – Proposta 10

Criar espaços culturais oficiais para o acolhimento de diversas expressões e manifestações culturais minoritárias, e para vítimas de preconceito, em colaboração com entidades e pessoas físicas dessas comunidades, por meio de apoio jurídico, econômico, de gestão e elaboração de projetos para captação de recursos em nível federal, estadual e municipal, fortalecendo o fluxo contínuo, sem que exista a necessidade de CNPJ para criação desse espaço cultural. Fomentar a remodelação dos espaços já existentes, adequando-os às necessidades de acessibilidade - como na comunicação (áudio descrição, audiovisual, libras, braile, legenda e ferramentas de tecnologias assistivas) - e mobilidade (rampas de acesso, corrimão, elevadores e piso tátil) nos espaços públicos, proporcionando autonomia das pessoas motivadas pelas políticas culturais.

EIXO 5: ECONOMIA CRIATIVA, TRABALHO, RENDA E SUSTENTABILIDADE

► APRESENTAÇÃO DAS 10 PROPOSTAS FEDERAIS

Eixo 5 – Proposta 1

Incentivar e profissionalizar os artistas por meio de cursos e treinamentos na área cultural, proporcionando maior suporte para que possam viver de sua arte e comercializar o que produzem.

Organizar políticas públicas para fomento do setor cultural e incentivar a sustentabilidade dos produtores de cultura, para que não dependam de auxílios dos entes federados para sobreviver.

Eixo 5 – Proposta 2

Criar e implementar programas de capacitação empresariais específicos para profissionais da cultura, visando fortalecer as habilidades de gestão e sustentabilidade de seus empreendimentos. Criar linhas de crédito específicas para empreendimentos culturais, facilitando o acesso a recursos financeiros e incentivando a sustentabilidade econômica dos setores culturais.

Eixo 5 – Proposta 3

Apoiar a economia criativa para o desenvolvimento econômico e sociocultural sustentável de projetos e ações culturais. Definir fontes e mecanismos de financiamento da cultura.

Eixo 5 – Proposta 4

Fomentar a criação de circuitos artísticos regionais para promover a valorização e dar visibilidade aos artistas locais, bem como realizar capacitações voltadas à qualificação técnica e ao desenvolvimento da produção cultural local. Garantir um percentual mínimo obrigatório de contratação de artistas locais nos projetos culturais financiados com leis de incentivo cultural.

Eixo 5 – Proposta 5

Reavaliar o Marco Regulatório das Organizações Sociais (MROSC), visando às especificidades da área da cultura. Revisar as classificações (CNAEs) de Microempreendedor Individual, reconhecendo as áreas da cultura. Criar um plano especial de aposentadoria para os fazedores, fazedoras, trabalhadores e trabalhadoras da cultura.

Eixo 5 – Proposta 6

Mapear e valorizar as cadeias produtivas periféricas. Fomentar a criação de direitos trabalhistas, sociais e previdenciários para fazedores de cultura, bem como incentivos fiscais e financeiros, com linhas de créditos acessíveis para artistas e produtores culturais.

Eixo 5 – Proposta 7

Disponibilizar recursos para projetos de centros culturais, bem como a sua manutenção e modernização.

Eixo 5 – Proposta 8

Aquecer a economia criativa local, garantindo o acesso do agente cultural ao mercado nacional e assegurando o preparo técnico e tecnológico como diferenciais competitivos, impulsionando os canais de distribuição dos produtos. Reconhecer a importância da cultura para o desenvolvimento da economia do Brasil. Vincular a liberação de recursos federais/estaduais de fomento à cultura para as prefeituras com a existência de um circuito cultural contínuo que promova a contratação de artistas locais por meio de chamamento público democrático e transparente, e à formação de plateia.

Eixo 5 – Proposta 9

Garantir repasses aos fundos municipais de cultura de todas as esferas de governo, permitindo editais de fomento à produção cultural local, beneficiando artistas inseridos na comunidade. Incentivar a formação continuada dos trabalhadores nas cadeias produtivas da cultura, para sua profissionalização em detrimento da informalidade.

Eixo 5 – Proposta 10

Disponibilizar equipamentos públicos como praças, pavilhões, espaços desativados e ruas cobertas (construir) para fomentar as atividades multiculturais, visando à ampliação da geração de trabalho, emprego e renda, assegurando que esses locais sejam democráticos quanto ao seu acesso e sua utilização, durante o ano todo. Fomentar a criação de rotas e roteiros culturais visando à integração regional, bem como a divulgação de atividades culturais existentes em cada Município, e criação de um mapa e um calendário dos eventos e atividades multiculturais.

EIXO 6: DIREITO ÀS ARTES E LINGUAGENS DIGITAIS

► APRESENTAÇÃO DAS 10 PROPOSTAS FEDERAIS

Eixo 6 – Proposta 1

Fomentar a produção artística e digital locais, por meio da criação de espaços dedicados à criação digital, para incentivar artistas na exploração das novas linguagens.

Eixo 6 – Proposta 2

Mapear as infraestruturas disponíveis de artes e cultura; dos e das artistas, trabalhadores e trabalhadoras das artes e da cultura; das ações formais no campo das artes e das linguagens digitais na educação municipal; e do acesso à internet gratuito e de qualidade nos espaços de artes e cultura. Garantir, no ambiente escolar, a presença de educadores capacitados nas diversas áreas das artes e das linguagens digitais, bem como para a implementação da Lei

11.645/2008 (obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira e indígena”) e o fomento para os diversos espaços de formação em artes e linguagens digitais (pontos de cultura, instituições culturais, organizações não governamentais, etc.).

Eixo 6 – Proposta 3

Subsidiar a digitalização de equipamentos culturais públicos e privados (museus, arquivos, bibliotecas etc.), ensejando a maior divulgação online dos acervos desses espaços e contribuindo para que o acesso seja democrático e amplo.

Eixo 6 – Proposta 4

Promover cursos de formação para produtores culturais, profissionais da área, artistas e público em geral, sobre as possibilidades e ações que as linguagens digitais oferecem, bem como sobre as possibilidades de cada um.

Eixo 6 – Proposta 5

Incluir no currículo escolar a disciplina de Artes Digitais. Criar um ambiente adequado ao desenvolvimento sustentável das redes produtivas digitais das artes, promovendo a diversidade cultural e ampliando o acesso às manifestações artísticas em diferentes contextos e para diversos públicos.

Eixo 6 – Proposta 6

Ampliar o acesso à cultura digital, expandindo o acesso à internet de alta velocidade, promovendo primeiramente a inclusão digital para todos os cidadãos. Fomentar a criação e/ou readequação de espaços culturais, adequando-os às novas ferramentas digitais de produção, inclusão e fruição cultural.

Eixo 6 – Proposta 7

Criar um portal para disponibilizar material cultural para a população, dando acesso ao acervo das mais diversas artes e formatos como documentários, filmes, músicas, pinturas etc.

Eixo 6 – Proposta 8

Criar um programa de *streaming* vinculado à plataforma pública digital para a disseminação de informações, produtos, produtores e eventos culturais. Desenvolver uma plataforma pública digital onde serão criados grupos e comunidades com interesses culturais em comum a nível nacional, estadual e municipal. Pensando em atender a todos os interessados, criar também o “Agente

Cultural”, que fará a busca ativa das demandas dos grupos sem acesso ao sistema ou com alguma necessidade específica.

Eixo 6 – Proposta 9

Ampliar o acesso às linguagens digitais e laboratórios de informática para além das escolas. Repassar recursos para que os Municípios decidam onde utilizar, de acordo com a sua realidade.

Eixo 6 – Proposta 10

Criar política pública que possibilite aos Municípios aprimorarem as redes públicas de internet no interior e nos bairros periféricos. Estruturar escolas e *hubs* criativos que possam formar fazedores de cultura nas linguagens digitais, promovendo capacitações e fomento financeiro para aquisição de estruturas e equipamentos para a criação digital.